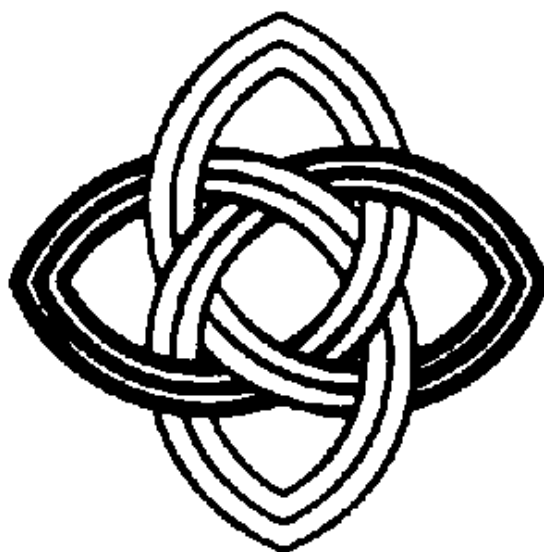




CAIXA ECONÓMICA DO PORTO

CAIXA ECONÓMICA DO PORTO

RELATÓRIO E CONTAS DA DIREÇÃO



PARECER DO CONSELHO FISCAL

2016



-Página propositadamente em branco-



CAIXA ECONÓMICA DO PORTO

Caixa Anexa

ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA

Conforme o n.º 2 do Artigo 14.º e o Artigo 15.º dos Estatutos da Caixa Económica do Porto, Caixa Anexa à A Beneficência Familiar – Associação de Socorros Mútuos, convoco os Senhores Associados a reunir em Assembleia Geral Ordinária, na sua Sede Social, sita à Rua Formosa, n.º 325 – 2.º andar, nesta Cidade do Porto, no próximo dia 29 de Março de 2017, pelas 16,15 horas, a fim de ser tratada a seguinte:

ORDEM DE TRABALHOS

1. Apreciação e votação do Relatório e Contas da Direção e do Parecer do Conselho Fiscal, relativos ao exercício do ano de 2016, da Caixa Económica do Porto, Caixa Anexa à A Beneficência Familiar – Associação de Socorros Mútuos (CEP).
2. Criação de uma comissão de seleção e avaliação dos órgãos de administração e de fiscalização da CEP, para posterior aprovação, por parte da Assembleia Geral, da política interna de seleção e avaliação da adequação dos membros dos órgãos de administração e fiscalização, em cumprimento da Instrução nº 12/2015 do Banco de Portugal e do Artigo 30º-A do Regime Jurídico das Instituições de Crédito e Sociedades Financeiras.
3. Criação de uma comissão de remunerações, de acordo com o Aviso nº 10/2011 do Banco de Portugal e do Artigo nº 399º do Código das Sociedades Comerciais.

Solicitamos aos senhores associados em pleno gozo dos seus direitos o favor de comparecerem com alguns minutos de antecedência e que se façam acompanhar do respetivo documento de identificação e cartão de associado.

Se não comparecerem mais de metade dos associados existentes, a Assembleia reunirá uma hora depois (17,15 horas), com qualquer número de associados presentes.

NOTA: O relatório de atividades e as contas do exercício do ano anterior encontrar-se-ão disponíveis para consulta de todos os associados na Secretaria d' A BENEFICÊNCIA FAMILIAR – Associação de Socorros Mútuos e da CEP, durante as horas de expediente e em www.abeneficencia.org, nos oito dias que antecedem a data de realização da Assembleia.

Porto, 13 de Março de 2017

O PRESIDENTE DA MESA DA ASSEMBLEIA GERAL

a) Manuel Joaquim Oliveira Rodrigues Silva



NOTA INTRODUTÓRIA

CAIXA ECONÓMICA DO PORTO

RELATÓRIO DA DIREÇÃO

Senhores Associados:

A CAIXA ECONÓMICA DO PORTO, (anexa à A Beneficência Familiar - ASM), é uma Instituição Especial de Crédito, cujos estatutos foram aprovados por Alvará Régio de 24 de Agosto de 1905.

Presentemente a CAIXA ECONÓMICA DO PORTO exerce a sua atividade na região do Grande Porto, Área Metropolitana, possuindo apenas um balcão sediado nas Instalações da Instituição à qual está anexa.

De acordo com as disposições legais e estatutárias, vem a Direção da Instituição apresentar o Relatório, Balanço e as Contas respeitantes ao exercício de 2016.

A Caixa Económica do Porto é uma Instituição Especial de Crédito integrada na A Beneficência Familiar – ASM que, por determinação legal tem contabilidade específica para o setor bancário, mas incluída no relatório global que está a ser apresentado.

No que respeita à informação apresentada, a Direção atesta para os devidos efeitos que certifica que foram desenvolvidos todos os procedimentos considerados necessários e que tanto quanto é do seu conhecimento, toda a informação divulgada é verdadeira e fidedigna.

Na última década, a atividade da Caixa Económica do Porto caracterizou-se por um elevado crescimento, que permitiu tornar a Instituição auto-suficiente em termos de necessidades de financiamento e adequação de capital próprio, originando mesmo excedentes de liquidez que podem ser aplicados em políticas de investimento adequadas.

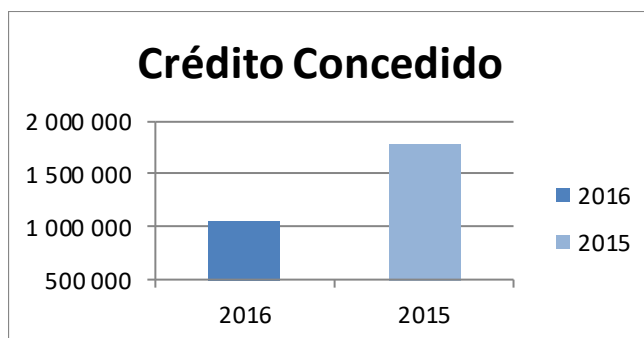
O ano de 2016 foi marcado por diversas conjunturas que direta e indiretamente afetaram a Instituição. Perante o atual cenário económico-social, marcado por sérios constrangimentos que se refletem, inevitavelmente, na procura e utilização dos nossos serviços o resultado líquido positivo 508.624,80€ é apesar de tudo, satisfatório tendo em conta a conjuntura económica e social. Este acréscimo foi devido aos leilões realizados no dia 13 de maio e 23 de novembro do presente ano.

**Crédito concedido:**

Registou-se uma diminuição na carteira de crédito no mesmo período homólogo no ano anterior totalizando € 1.058.941,62€. Nos últimos 4 anos as famílias venderam quantidades de ouro significativas, o que originou um desaparecimento no mercado Português e determinou a exportação, empobrecendo ainda mais o País. Como consequência, as famílias ficaram com menos recursos, o que levou a uma diminuição na procura estando, contudo, o seu montante dentro dos parâmetros desejados.

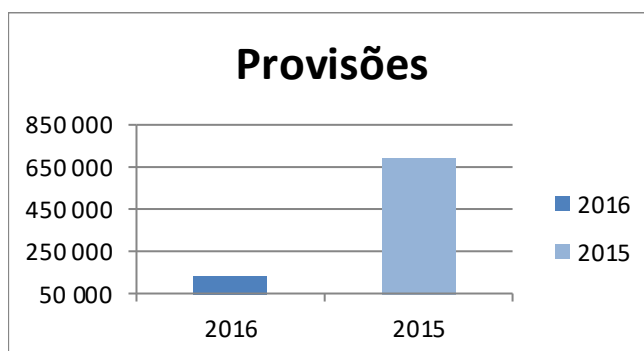
Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e em 31 de dezembro de 2015 o movimento ocorrido no montante de crédito concedido, foi o seguinte:

Crédito Concedido	
2016	2015
1 058 941,62	1 787 411,84

**Provisões:**

Verifica-se uma diminuição nas provisões face ao ano anterior devido à diminuição das prestações vencidas e não cobradas relativamente aos contratos de penhor.

Provisões	
2016	2015
131 295,43	688 592,46

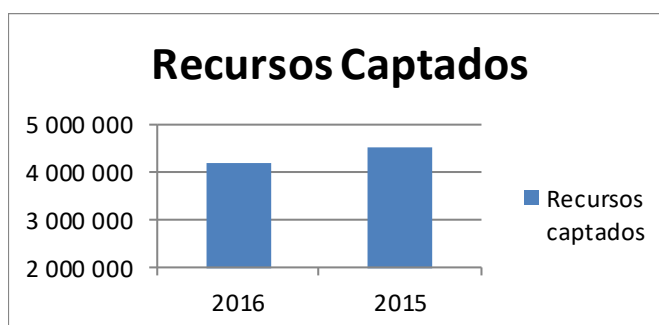


**Recursos Captados:**

Devido à conjuntura económica, a redução da remuneração nas taxas de juro de depósitos à ordem e a prazo tem levado a uma diminuição na captação de depósitos de clientes.

No quadro abaixo verifica-se uma diminuição de recursos captados no valor médio de 344.915,06€.

Recursos Captados (Valor médio)	
2016	2015
4 174 429,00	4 519 344,06

**Resultados:**

O resultado líquido positivo, no valor de 508.624,80€ apresenta um aumento dos resultados no valor de 361.436,41€ em relação ao ano anterior.

Resultados	
2016	2015
508 624,80	147 188,39





-Página propositadamente em branco-



CAIXA ECONÓMICA DO PORTO

PROPOSTA DE APLICAÇÃO DOS RESULTADOS

Propõem-se que ao saldo de 2016 apurado seja dada a seguinte aplicação:

Reserva geral	101 724,96
Reserva especial	25 431,24
Fundo Disponível para a Associação	381 468,60

Porto, 17 de maio de 2017

A DIREÇÃO

Ilda Helena Martins Oliveira

Fernando Ulisses Pereira Machado

José Francisco Guedes Pinto



Balanco

	2016			2015
	Ativo Bruto	Amort.e Prov. Acumuladas	Ativo Líquido	Ativo Líquido
Activo				
1. Caixa e disponibilidades em BCs	101.777		101.777	118.258
2. Disponibilidades à vista sobre ICs	3.173.318		3.173.318	1.456.494
3. Outros créditos sobre ICs	2.260.000		2.260.000	3.330.000
4. Créditos sobre clientes	1.058.942	(131.295)	927.646	1.098.820
5. Obrigações e títulos de rendimento fixo				
a) Emissores públicos				
b) Outros emissores				
6. Acções e títulos de rendimento variável				
7. Participações				
8. Partes do capital em empresas coligadas				
9. Imobilizações incorpóreas	117.313	(105.424)	11.889	18.090
10. Imobilizações corpóreas	39.982	(25.935)	14.047	686
11. Capital subscrito não realizado				
12. Acções próprias ou partes de capital próprias				
13. Outros activos				
15. Contas de regularização	37.549		37.549	161.022
16. Prejuízos do exercício				
TOTAL DO ACTIVO	6.788.880	(262.654)	6.526.226	6.183.370
Passivo				
1. Débitos para com ICs				
a) À vista				
b) A prazo ou com pré-aviso				
2. Débitos para com clientes			4.174.429	4.519.344
a)				
b) Outros débitos				
b1) À vista			55.144	43.909
b2) A prazo			4.119.285	4.475.434
3. Débitos representados por títulos				
a) Obrigações em circulação				
b) Outros				
4. Outros passivos			122.695	101.691
5. Contas de regularização			23.497	47.105
6. Provisões para riscos e encargos			1.703	1.808
a) Para pensões e encargos similares				
b) Outras provisões			1.703	1.808
6A. Fundo para riscos bancários gerais				
8. Passivos subordinados				
9. Capital subscrito			1.000.000	1489
10. Prémios de emissão				
11. Reservas			473.110	1.324.432
12. Reservas de reavaliação				
13. Resultados transitados			86.964	
14. Lucro do exercício			643.829	187.501
TOTAL DO PASSIVO			6.526.226	6.183.370
Imposto			135.204,06	40.312,75
Resultado após imposto			508.624,80	147.188,39
Valores Extrapatrimoniais				
Ativos recebidos em garantia			1.496.156,83	3.614.810,00



DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS - CEP

	2016	2015	Varição	%
Custos				
1. Juros e custos equiparados	53.543	101.742	-48.199	-47%
2. Comissões	521	314	207	66%
3. Prejuízos em operações financeiras				
4. Gastos gerais administrativos	124.945	139.915	-14.970	-11%
a) Custos com pessoal	39.502	48.158	-8.656	-18%
- Salários e vencimentos	30.803	39.445	-8.641	-22%
- Encargos sociais	8.631	8.713	-82	-1%
- Outros custos	67,55			
b) Outros gastos administrativos	85.443	91.757	-6.314	-7%
5. Amortizações do exercício	6.687	1.002	5.685	567%
6. Outros custos de exploração	2.081	197	1.884	956%
7. Provisões para crédito vencido	229.248	456.126	-226.878	-50%
8. Provisões para imobilizações financeiras	0	0	0	0%
10. Resultados da atividade corrente	643.829	186.530	457.299	245%
11. Perdas extraordinárias	0	0	0	0%
13. Imposto sobre os lucros do exercício			0	0%
14. Outros impostos	0	163	-163	-100%
15. Lucro do exercício	643.829	187.501	456.328	243%
TOTAL	1.060.854	886.960	173.894	20%
Proveitos				
1. Juros e proveitos equiparados	199.802	421.041	-221.239	-53%
2. Rendimentos de títulos				
a) Rendimento de ações				
b) Rendimento de participações				
c) Rendimento de partes de capital				
3. Comissões	67.521	44.551	22.969	52%
4. Lucros em operações financeiras	3.575	100		
5. Reposições e anulações de provisões para crédito	785.503	346.134	439.370	127%
6. Reposição e anulações de provisões de imobilizações fi	0	0	0	0%
7. Outros proveitos de exploração	1.147	74.001	-72.854	-98%
8. Resultados da atividade corrente				
9. Ganhos extraordinários	3.306	1.134	2.172	192%
11. Prejuízos do exercício				
TOTAL	1.060.854	886.960	173.894	20%
Imposto	135.204,06	40.312,75		
Resultado após Imposto	508.624,80	147.188,39		



CAIXA ECONÓMICA DO PORTO

ANEXO AO BALANÇO E À DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS

Em 31 de Dezembro de 2016

NOTA PRÉVIA

A Caixa Económica do Porto, instituição de crédito anexa à Beneficência Familiar do Porto (ASM) enquadra-se no regime estabelecido no Dec-Lei n.º 190/2015, de 10 de Setembro, podendo exercer todas as atividades nele previstas.

A CAIXA ECONÓMICA DO PORTO é uma instituição de crédito que, no âmbito da sua atividade, pratica empréstimos sobre penhores com garantia real de objetos em ouro e pedras preciosas. Atua na captação de depósitos à ordem e a prazo da pequena poupança e não detém participações em outras empresas pelo que a informação apresentada foi realizada em base individual.

Convém referir, também, que, no que toca à atividade creditícia, integramo-nos e estamos submetidos às orientações estabelecidas no Dec-Lei n.º 160/2015, de 11 de Agosto.

Em ordem a conhecer-se, com suficiente precisão, a atividade praticada, cumpre esclarecer:

- ✓ Só operamos com residentes;
- ✓ Na área do crédito, circunscrita a empréstimos sobre penhores, supõe-se que o financiamento, todo ele, se destina ao consumo;
- ✓ A garantia prestada é, de fato real; e a margem de segurança observada permite que os objetos incursos no leilão atinjam um valor que supere, por largo, a dívida acumulada, originando, por isso, um crédito a favor dos mutuários, denominado remanescente;
- ✓ As duas funcionárias destacadas para a Caixa Económica do Porto têm vínculo laboral com a Associação Mutualista “A Beneficência Familiar”, e estão abrangidas pelo regime geral de Segurança Social;
- ✓ Não praticamos operações de locação financeira;
- ✓ O que segue, aliás de carácter residual, obedece à numeração sequencial estabelecida no Plano de Contas para o Sistema Bancário (PCSB), convindo referir que os pontos silenciados, ou não são aplicáveis no universo da Instituição, ou a sua apresentação nada acrescenta de forma a explicar a leitura das Demonstrações Financeiras;
- ✓ A CEP classifica em crédito vencido as prestações vencidas de capital e/ou juros ocorridos que continuem a ser devidos após 30 dias do seu vencimento;



- ✓ As provisões sobre a carteira de retalho em incumprimento são recalculadas mensalmente e devidamente contabilizadas as regularizações. O apuramento do valor da provisão a efetuar ou anular é determinado sobre o valor do capital mais juro em risco e em função das classes do crédito vencido conforme orientação do Banco de Portugal, isto é: Classe I = 1,5%; Classe II = 10%; Classe III e IV = 25% e Classe XII = 100%.

Assim:

Não existem quaisquer derrogações dos critérios valorimétricos definidos no plano de contas.

Salienta-se que a estrutura dos custos e proveitos gerou boa liquidez dos ativos da Instituição, permitindo responder com eficiência às necessidades que possam ocorrer.

DISPONIBILIDADE E APLICAÇÕES EM INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO NO PAÍS

A Direção da CAIXA ECONÓMICA DO PORTO tem ponderado que os valores aplicados em instituições financeiras devem ser distribuídos por mais Instituições reduzindo, assim, o risco de concentração.

As aplicações financeiras estão constituídas em depósitos à ordem e a prazo em instituições nacionais por obtenção de melhor taxa de rendimento, sendo exercido um frequente controlo dessas aplicações junto das respetivas Instituições.

Adicionalmente, é também realizado um acompanhamento das posições de liquidez de um ponto de vista prudencial, calculadas segundo regras exigidas pelo Banco de Portugal (Instrução nº 13/2009).

No quadro seguinte é apresentado a distribuição dos depósitos à ordem e a prazo pelas instituições financeiras em 31 de dezembro de 2016:

	MG	BPI	CGD	BIC	POPULAR	FINANTIA	Totais
Dep. à Ordem	387 906 €	858 098 €	952 277 €	37 895 €	927 764 €	9 377 €	3 173 318 €
Dep. a Prazo	500 000 €	0 €	0 €	880 000 €	0 €	880 000 €	2 260 000 €
TOTAL	887 906 €	858 098 €	952 277 €	917 895 €	927 764 €	889 377 €	5 433 318 €

**ATIVO IMOBILIZADO****Imobilizado Incorpóreo**

O movimento ocorrido no montante dos ativos intangíveis, bem como nas respetivas amortizações acumuladas, foi o seguinte:

2016			
	Programas de computador	Outros ativos intangíveis	Total
Ativos			
Saldo inicial	117 312,82	-	117 312,82
Aquisições	-	-	-
Alienações/abates	-	-	-
Transferências	-	-	-
Abates	-	-	-
Outras variações	-	-	-
Saldo final	117 312,82	0,00	117 312,82
Amortizações acumuladas			
Saldo inicial	99 222,06	-	99 222,06
Amortizações do exercício	6 202,07	-	6 202,07
Alienações/abates	-	-	-
Transferências	-	-	-
Abates	-	-	-
Outras variações	-	-	-
Saldo final	105 424,13	0,00	105 424,13
Ativos líquidos	-	-	11 888,69

Imobilizado Corpóreo

O movimento ocorrido na quantia escriturada dos ativos fixos tangíveis, bem como nas respetivas depreciações acumuladas e perdas por imparidade acumuladas, foi o seguinte:

2016						
	Terrenos e recursos naturais	Edifícios e outras construções	Equipamento transporte	Equipamento administrativo	Outros ativos fixos tangíveis	Total
Ativos						
Saldo inicial	-	-	-	12 370,81	13 765,78	26 136,59
Aquisições	-	-	-	-	13 845,04	13 845,04
Saldo final				12 370,81	27 610,82	39 981,63
Depreciações acumuladas						
Saldo inicial	-	-	-	12 370,81	13 078,87	25 449,68
Depreciações do exercício	-	-	-	-	484,83	484,83
Perdas por imparidade do exercício	-	-	-	-	-	-
Reversões de perdas por imparidade	-	-	-	-	-	-
Saldo final	-	-	-	12 370,81	13 563,70	25 934,53
Ativos líquidos	-	-	-	-	14 047,12	14 047,10

**CRÉDITOS SOBRE CLIENTES**

Em 31 de Dezembro de 2016, o crédito em situação normal apresenta a seguinte estrutura, por prazos residuais de vencimento:

Até 3 meses	328 210,53	
De 3 até 6 meses	280 641,42	
de 6 até 12 meses	317 071,22	
De 12 até 36 meses	867,30	
De 36 meses e superior a 60 meses	18 606,67	
Crédito Bruto		945 397,14
Provisões acumuladas		131 295,43
Crédito Líquido		814 101,71

DÉBITOS PARA COM CLIENTES

Em 31 de Dezembro de 2016, a rubrica "Outros débitos à vista" apresenta o seguinte resultado: 55.143,76€.

Em 31 de Dezembro de 2016, a rubrica "Outros débitos a prazo" apresenta, no que toca a prazos residuais do vencimento, a seguinte decomposição:

Até 1 mês	20 190,00	
Até 3 meses	122 094,00	
Até 6 meses	920 051,24	
Até 1 ano	3 056 950,00	
Total de responsabilidades		4 119 285,24

**PROVISÕES**

O movimento nas provisões é o que consta do quadro abaixo:

Movimento de Provisões	Saldo no início do exercício	Movimento Acumulado das Provisões			Saldo Final
		Dotações	Utilizações	Anulação/Reposição	
Depreciação Títulos - Investimento	-	-	-	-	-
Rendimento variável	-	-	-	-	-
Para crédito vencido					
Crédito	688 592,46	228 206,44	-	785 503,47	131 295,43
Para riscos gerais de crédito	1 808,32	1 041,73	-	1 146,90	1 703,15
TOTAL	690 400,78	229 248,17	-	786 650,37	132 998,58

CONTAS DE REGULARIZAÇÃO

Em 31-12-2016, estas rubricas apresentavam os seguintes saldos:

ATIVO:

Proveitos a receber 10 663,09 €

PASSIVO:

Custos a pagar 23 496,97 €

OUTRAS CONTAS DE REGULARIZAÇÃO

Em 31-12-2016, estas rubricas têm a seguinte composição:

ATIVO:

Pagamentos por conta 24 604,05 €
Retenção impostos na fonte 2 282,29 €

PASSIVO:

Fornecedores 118,08 €
Credores diversos 113 881,20 €
Imposto sobre o valor acrescentado 4 591,02 €
Retenções na fonte 1 104,36 €
Outras exigibilidades 3 000,00 €

ÓRGÃOS DE ADMINISTRAÇÃO E FISCALIZAÇÃO

Não foram atribuídas quaisquer remunerações.

**OUTROS CUSTOS E PROVEITOS DE EXPLORAÇÃO E PERDAS E GANHOS EXTRAORDINÁRIOS****Ganhos extraordinários:**

Reembolsos de despesas/Outros	3.305,85 €
-------------------------------	------------

IMPOSTO SOBRE RENDIMENTO

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos (cinco anos para a Segurança Social), exceto quando tenham havido prejuízos fiscais, tenham sido concedidos benefícios fiscais, ou estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações, casos estes em que, dependendo das circunstâncias, os prazos são alargados ou suspensos. Deste modo, as declarações fiscais da Instituição dos anos de 2012 a 2016 poderão vir ainda ser sujeitas a revisão.

CONTA EXTRAPATRIMONIAL

Existe uma rubrica de carácter Extra patrimonial (conta n.º 97100) que atinge o valor de 1.496.156,83€. Representa a responsabilidade da Caixa Económica do Porto, pelo valor estabelecido aos bens dados em penhor e para a eventualidade de se extraviarem (roubo ou incêndio).



Imposto de Rendimento de Pessoas Coletivas como dispõe o artigo 10º CIR conforme quadro seguinte:

TAXAS IRC		
Calculo da Estimativa de IRC		
Resultado Contabilístico (antes impostos)	643.828,86	
Provisões	-	
Op.Div.Reg.Exerc.Ant.	-	
Lucro Tributável	643.828,86	
Imposto	21,00%	135.204,06
Pagamento Especial por conta		0,00
Retenções na fonte		2.282,29
Pagamento por conta		24.604,05
Derrama		-
TA		-
Valor a pagar		108.317,72
Resultado Contabilístico Líquido		508.624,80
Estimativa de IRC		135.204,06

Porto, 21 de março de 2017

A Contabilista Certificada,

Joana Leal

C.C. 91971



A DIREÇÃO

Ilda Helena Martins Oliveira

Fernando Ulisses Pereira Machado

José Francisco Guedes Pinto



CAIXA ECONÓMICA DO PORTO

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Em cumprimento do estipulado nos nossos estatutos, examinamos as contas e a restante documentação constante da pasta “Caixa Económica do Porto”, pelo que somos do seguinte parecer:

PARECER:

Que o relatório e contas da Direção referente ao ano 2016 mereçam a vossa aprovação;

Que aproveis um voto de louvor à Direção cessante pela dedicação demonstrada e pelo empenho revelado no cumprimento do programa de ação para o ano de 2016, aprovado por esta assembleia;

A todos os trabalhadores, aproveis também um voto de louvor pela sua elevada colaboração em todos os sectores.

Porto, 21 de março de 2017

O CONSELHO FISCAL

PRESIDENTE

SECRETÁRIO

RELATOR



OLIVEIRA, REIS
& ASSOCIADOS,
SROC, LDA.

FERNANDO MARQUES OLIVEIRA
CARLOS DOMINGUES FERRAZ
JOAQUIM OLIVEIRA DE JESUS
CARLOS MANUEL GRENHA
JOÃO CARLOS CRUZEIRO
PEDRO MIGUEL MANO
MARIA BALBINA CRAVO
OCTÁVIO CARVALHO VILAÇA

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

OPINIÃO

Auditámos as demonstrações financeiras anexas de *CAIXA ECONÓMICA DO PORTO – CAIXA ANEXA (anexa à BENEFICÊNCIA FAMILIAR, A.S.M.)*, que compreendem o balanço em 31/12/2016 (que evidencia um total de 6.526.226 euros, um total de Fundos próprios de 1.560.074 euros, e um resultado líquido de 508.625 euros), a demonstração dos resultados por naturezas, e o Anexo às contas anuais, que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira de *CAIXA ECONÓMICA DO PORTO – CAIXA ANEXA* em 31/12/2016 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com o Plano de Contas para o Sistema Bancário, aprovada pela Instrução n.º4/1996 do Banco de Portugal.

BASES PARA A OPINIÃO

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras” abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

ÊNFASES

O Relatório e contas da Direção foi aprovado em Assembleia geral ordinária, no dia 29 de março de 2017. Chamamos atenção que, nessa data, a Certificação Legal das Contas ainda não tinha sido emitida. Salientamos que está entretanto convocada uma Assembleia Geral Extraordinária, para o próximo dia 17 de maio de 2017, com os seguintes pontos da ordem de trabalhos:

1 de 5

1. Retificar a distribuição de resultados, dando cumprimento ao artigo 26.º dos Estatutos e em conformidade com o artigo 16.º do Regime Jurídico das Caixas Económicas, a saber: a atribuição de 20% dos resultados para a reserva geral, 5% para a reserva especial e o restante a ser afeto à A Beneficência Familiar – Associação de Socorros Mútuos, de acordo com o n.º2 do Artigo 1.º dos Estatutos;
2. Ratificar a aprovação das contas do período de 2016, apreciando a Certificação Legal das Contas, emitida pelo Revisor Oficial de Contas.

A Certificação Legal das Contas referente ao exercício de 2015, emitido em 12 de abril de 2016, evidenciava uma opinião com 1 reserva e uma ênfase, sendo que não se aplicam no exercício de 2016.

A nossa opinião não é modificada em relação a esta matéria.

MATÉRIAS RELEVANTES DE AUDITORIA

As matérias relevantes de auditoria são as que, no nosso julgamento profissional, tiveram maior importância na auditoria das demonstrações financeiras do ano corrente. Essas matérias foram consideradas no contexto da auditoria das demonstrações financeiras como um todo, e na formação da opinião, e não emitimos uma opinião separada sobre essas matérias.

Na CEP, as matérias relevantes de auditoria são as seguintes:

A concessão de empréstimos sobre penhor (Crédito sobre clientes – no Anexo às contas anuais), cuja garantia real é constituída por objetos em ouro. No sentido de mitigar o risco associado a esta área específica, foram efetuados, entre outros, testes de controlo interno, em base amostral, nomeadamente a verificação física dos bens dados a penhor e a sua avaliação. Confirmamos também a existência de seguro de cobertura igual ou superior ao valor extrapatrimonial, à data de 31/12/2016.

A Provisão da carteira de crédito (Anexo às contas anuais), em que o risco de distorção material se relaciona diretamente com o risco de crédito, dado que a concessão de crédito é o negócio principal da Entidade e pode levar a incumprimentos dos devedores e à execução das garantias existentes; para mitigar os riscos de distorção nesta área do crédito e validar a provisão reconhecida foram efetuados, entre outros, trabalhos de controlo interno e, em base amostral, testes sobre a existência e a mensuração dos créditos e juros respetivos, a reconciliação da carteira de crédito com a contabilidade, teste ao nível de provisões reconhecido e o valor da imparidade, com acesso às conclusões do relatório de imparidade.

RESPONSABILIDADES DO ÓRGÃO DE GESTÃO E DO ÓRGÃO DE FISCALIZAÇÃO PELAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Entidade de acordo com Plano de Contas para o Sistema Bancário, aprovada pela Instrução n.º4/1996 do Banco de Portugal;
- elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devido a fraude ou erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

O órgão de fiscalização é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira da Entidade.

RESPONSABILIDADES DO AUDITOR PELA AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;



- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;
- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- comunicamos com os encarregados da governação, incluindo o órgão de fiscalização, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria;
- das matérias que comunicamos aos encarregados da governação, incluindo o órgão de fiscalização, determinamos as que foram as mais importantes na auditoria das demonstrações financeiras do ano corrente e que são as matérias relevantes de auditoria. Descrevemos essas matérias no nosso relatório, exceto quando a lei ou regulamento proibir a sua divulgação pública;
- declaramos ao órgão de fiscalização que cumprimos os requisitos éticos relevantes relativos à independência e comunicamos todos os relacionamentos e outras matérias que possam ser percecionadas como ameaças à nossa independência e, quando aplicável, as respetivas salvaguardas.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

SOBRE O RELATÓRIO DE GESTÃO

O Relatório e contas apresentado pela Direção, foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor, a informação nele constante é concordante com as demonstrações financeiras auditadas.

SOBRE OS ELEMENTOS ADICIONAIS PREVISTOS NO ARTIGO 10.º DO REGULAMENTO (UE) N.º 537/2014


Dando cumprimento ao artigo 10.º do Regulamento (UE) n.º 537/2014 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 16 de abril de 2014, e para além das matérias relevantes de auditoria acima indicadas, relatamos ainda o seguinte:

- Fomos nomeados, pela Direção da Caixa Económica do Porto – Caixa Anexa, para prestar serviços de Revisão legal de contas da Entidade, pela primeira vez, em 12/10/2015, para um mandato de três anos, sem prejuízo da respetiva prorrogação para os exercícios seguintes.
- O órgão de gestão confirmou-nos que não tem conhecimento da ocorrência de qualquer fraude ou suspeita de fraude com efeito material nas demonstrações financeiras. No planeamento e execução da nossa auditoria de acordo com as ISA mantivemos o ceticismo profissional e concebemos procedimentos de auditoria para responder à possibilidade de distorção material das demonstrações financeiras devido a fraude. Em resultado do nosso trabalho não identificámos qualquer distorção material nas demonstrações financeiras devido a fraude. - Confirmamos que a opinião de auditoria que emitimos é consistente com o relatório adicional que preparámos e entregámos ao órgão de fiscalização da Entidade em 28/4/2017.
- Declaramos que não prestámos quaisquer serviços proibidos nos termos do artigo 77.º, número 8, do Estatuto da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas e que mantivemos a nossa independência face à Entidade durante a realização da auditoria.

Lisboa, 28 de abril de 2017

OLIVEIRA, REIS & ASSOCIADOS, SROC, Lda.

Representada por


CARLOS MANUEL GREINHA, ROC N.º 1266